



DEZEMBRO 2021

Relatório da Reunião

Parcerias com Comunidades Indígenas

Sessão 4: Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

Reconhecimentos

Esta publicação faz parte do Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O Diálogo Brasil-EUA, organizado pelo Brazil Institute do Wilson Center em parceria com Uma Concertação Pela Amazônia, tem como objetivo promover o diálogo entre as sociedades brasileira e norte-americana por meio da convocação de atores não governamentais de alto nível interessados em fazer a diferença por meio da colaboração em projetos inovadores e soluções voltadas para o futuro.



Esse programa é viabilizado por meio do apoio e da parceria do Instituto Arapyaú, da Bayer, The Climate and Land Use Alliance e do Instituto humanize.



Resumo Executivo

Embora 23 por cento da Amazônia Brasileira serem terras indígenas (98,25 por cento de todas as terras indígenas do Brasil)¹, as comunidades indígenas têm sido ignoradas e excluídas das deliberações sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Povos indígenas têm administrado a floresta tropical de forma intensiva e sustentável há séculos, mas ainda não se beneficiam de um assento adequado à mesa em conferências climáticas multilaterais, com governos nacionais ou subnacionais, ou com financiadores privados. Este é o caso, apesar da crescente consciência de que proteger o direito das comunidades indígenas à autodeterminação não só aumenta seu bem-estar geral, mas também funciona como um catalisador para uma gestão verdadeiramente sustentável de suas terras e recursos naturais.

- 1. O direito dos povos indígenas à autodeterminação—particularmente em termos de apoio à sua tomada de decisões independente—deve ser verdadeiramente embutido nas discussões políticas e nos instrumentos de financiamento para a sustentabilidade.** Uma peça crítica nesta equação é o desenvolvimento mútuo de estruturas de governança robustas que atendam às necessidades conjuntas das comunidades indígenas e financiadores internacionais, em vez de meramente estas últimas.
- 2. Financiadores e organizações internacionais precisam garantir que o financiamento do desenvolvimento sustentável irá para organizações indígenas e projetos liderados por indígenas.** Isso exigirá a abordagem de questões bastante profundas de acesso, que tipicamente têm atrapalhado investimentos passados em sustentabilidade na Amazônia Brasileira, inclusive com programas passados bem-sucedidos como o Fundo Amazônia.
- 3. A comunidade internacional também tem um papel importante a desempenhar para ajudar a enfrentar barreiras não financeiras à maior participação indígena na sustentabilidade e nas deliberações climáticas, defendendo com mais força a inclusão indígena em espaços de poder—sejam esses espaços de negociações climáticas multilaterais ou a elaboração de um programa de sustentabilidade na região.**

¹ “Localização e extensão das TIs”, ISA, n.d, acessado no dia 14 de dezembro de 2021, https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs

Relatório da Reunião

Os territórios indígenas cobrem mais de um quinto das terras do mundo e muitas vezes se sobrepõem com regiões de biodiversidade significativa.² De fato, cerca de 25 por cento da Amazônia brasileira é considerada terra indígena.³ Há um reconhecimento crescente de que proteger os direitos das comunidades indígenas às suas terras e recursos não só aumenta o bem-estar dessas comunidades, mas também facilita uma gestão mais sustentável dessas terras e recursos. Isso é particularmente crítico, pois as comunidades indígenas são muitas vezes mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas, dada a sua localização em áreas que podem mudar significativamente à medida que o clima aquece—o que as Nações Unidas chamam de "ambientes de alto risco." Apesar da urgência e benefícios trazidos pela sustentabilidade, a retórica sobre a necessidade de maior engajamento, financiamento e parceria com os povos indígenas na Amazônia sobre mudanças climáticas e sustentabilidade ainda não foi comparada com ações proporcionais.

No dia 21 de outubro de 2021, o Wilson Center, em parceria com uma Concertação Pela Amazônia, promoveu uma discussão sobre parceria com comunidades indígenas para promover o desenvolvimento sustentável e a conservação.

Essa conversa faz parte de uma iniciativa maior: O Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O Diálogo convoca um grupo diversificado de atores americanos e brasileiros—cientistas, líderes empresariais, sociedade civil e ex-funcionários do governo—para um debate aberto e bilateral sobre o que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento de baixo carbono e conservação ambiental no Brasil, e como os Estados Unidos podem ser parceiros nesse esforço.

Durante o curso da sessão de 21 de outubro, três grandes recomendações políticas surgiram para melhor o apoio e catalisar a participação ativa dos povos indígenas como parceiros na luta contra as mudanças climáticas, o que é tão essencial quanto muitas vezes negligenciado:

²"Direitos coletivos dos povos indígenas a terras, territórios e recursos", O Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, acessado no dia 14 de dezembro de 2021, <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2018/04/Indigenous-Peoples-Collective-Rights-to-Lands-Territories-Resources.pdf>

³ Localização e extensão das TIs", ISA, n.d, Accessed on December 14th, 2021 at https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs

- 1. direito dos povos indígenas à autodeterminação— particularmente em termos de apoio à sua tomada de decisões independente— deve ser verdadeiramente embutido nas discussões políticas e nos instrumentos de financiamento para a sustentabilidade. Uma peça crítica nesta equação é o desenvolvimento mútuo de estruturas de governança robustas que atendam às necessidades conjuntas das comunidades indígenas e financiadores internacionais, em vez de meramente estas últimas.**

As comunidades indígenas têm direito às suas terras tradicionais; isso é codificado na Constituição Brasileira, bem como sob normas internacionais. Há também um amplo reconhecimento dentro da comunidade internacional de que os povos indígenas são parceiros importantes na luta contra as mudanças climáticas. Durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Paris, por exemplo, foi criada a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP, a sigla em inglês). O LCIPP ampliou o espaço para vozes indígenas no debate internacional sobre mudanças climáticas e pediu a "troca de experiências e compartilhamento de melhores práticas sobre mitigação e adaptação de forma holística e integrada."⁴

Apesar de alguns progressos em termos de inclusão e agência, vários palestrantes observaram que os povos indígenas muitas vezes acham que precisam provar sua merecida consideração por meio de longos processos de aplicação quando se trata de garantir financiamento para projetos de desenvolvimento sustentável e conservação. Como observou um palestrante, o financiamento para o desenvolvimento sustentável das terras indígenas não deve ser visto como um presente ou favor quando tanta riqueza global foi construída nas costas e às custas dos povos indígenas, negros e pardos. Seguindo em frente, a mentalidade dos financiadores deve ser focada em reparação, na justiça e na sustentabilidade e no respeito, em vez de olhar para tais questões em vácuos separados.

Em particular, financiadores internacionais, ONGs e estados doadores precisam desenvolver mecanismos claros de cooperação com comunidades indígenas fora dos mecanismos tradicionais de país para país. Isso envolve confiar nas comunidades indígenas para receber fundos e cuidar de suas terras de forma responsável como bem entenderem: deve haver um nível fundamental de confiança que os povos indígenas sabem como administrar suas próprias terras em alinhamento com os princípios de conservação e

⁴ “Chronology - Local Communities and Indigenous Peoples Platform (LCIPP)”, United Nations Climate Change, novembro de 2016, <https://unfccc.int/topics/local-communities-and-indigenous-peoples-platform/the-big-picture/introduction-to-lcipp/chronology-local-communities-and-indigenous-peoples-platform-lcipp#eq-5>

sustentabilidade. Os povos indígenas são donos de suas terras e têm um histórico de gestão efetiva que fala por si só.

Com a confiança como base, as comunidades indígenas e os financiadores internacionais devem se unir para construir conjuntamente estruturas de diálogo, colaboração e financiamento projetadas para fornecer responsabilidade, ao mesmo tempo em que apoiam os povos indígenas em suas próprias decisões. Os compromissos com os doadores têm um papel importante na mobilização da ação, mas os doadores também devem ser responsáveis por suas escolhas. Há uma surpreendente falta de transparência na filantropia em relação aos negócios privados, e isso dificulta os esforços para construir parcerias duradouras com comunidades indígenas na Amazônia. Os povos indígenas devem estar significativamente envolvidos em todas as etapas do processo, desde informar os compromissos dos doadores—seja na COP-26 ou em projetos específicos—até a concepção de mecanismos de prestação de contas e estruturas de governança. Os financiadores precisam ser particularmente cautelosos para não permitir que sua própria visão estratégica e prioridades superem as prioridades dos povos indígenas que eles estão ajudando.

2. Financiadores e organizações internacionais precisam garantir que o financiamento para o sustentável o desenvolvimento irá para organizações indígenas e projetos liderados por indígenas. Isso exigirá a abordagem de questões bastante profundas de acesso.

O processo de acesso ao financiamento para redução de emissões associadas ao desmatamento e à degradação da terra na Amazônia está se tornando mais complexo e substancial. Trata-se de uma evolução necessária, mas que corre o risco de limitar o acesso ao financiamento dos povos indígenas. Esse é um ponto crítico porque o financiamento tem sido um dos principais gargalos que limitam a transição para uma economia mais sustentável e baseada na natureza na Amazônia.

Há uma necessidade crível de maior ambição e padrões mais robustos para enfrentar a ameaça urgente que a mudança climática representa. A necessidade de responsabilização muitas vezes vem com o impulso para uma abordagem jurisdicional que reduza algumas das questões inerentes com os mercados REDD+ e carbono em nível de projeto. (Uma discussão mais detalhada dessas trocas pode ser encontrada no relatório de reunião de 26



de julho do Diálogo Brasil-EUA⁵) No entanto, o impulso para uma abordagem jurisdicional que é tipicamente fundamentada em padrões robustos e um complicado processo de aplicação restringe a capacidade dos povos indígenas de informar propostas de nível estatal no início do processo, bem como limitar seu acesso ao financiamento no processo interno, o que força os povos indígenas a dependerem do estado ou de organizações não governamentais não indígenas.

Financiadores públicos e privados estão frequentemente procurando investimentos em larga escala, mas muitos dos projetos de conservação liderados pelos indígenas e start-ups sustentáveis na região amazônica são pequenos em escala. No passado, o Brasil buscava resolver essa lacuna utilizando o governo federal e seus diversos órgãos para coordenar tanto o recebimento quanto a dispersão do auxílio. O Fundo Amazônia, por exemplo, era administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mesmo lá, no entanto, os participantes da reunião observaram que os grupos indígenas só tiveram acesso ao financiamento do Fundo Amazônia nos últimos anos de sua existência antes dele ser suspenso. Agora, esse modelo deixou de funcionar completamente, já que o governo federal brasileiro, sob o presidente Jair Bolsonaro, não cumpre mais uma função de mediador entre financiadores internacionais e comunidades indígenas locais.

Como resultado, muitos desses mecanismos de financiamento maiores não têm um caminho claro para o engajamento diretamente com as comunidades indígenas. Semelhante ao Fundo Amazônia, a Coalizão LEAF depende de entidades jurisdicionais para cumprir uma função de coordenação e garantir a responsabilização, embora opere mais frequentemente em nível subnacional ou estadual. O desafio, neste caso, é que muitos governos estaduais na Amazônia Legal não têm os recursos necessários para mediar efetivamente entre grupos indígenas e financiadores. De fato, um dos participantes da reunião observou que várias grandes organizações indígenas descobriram sobre as aplicações para a Coalizão LEAF no último minuto, sem tempo para contribuir com as propostas de seus estados. No futuro, o acesso efetivo dos povos indígenas à mecanismos semelhantes ao LEAF exigirá capacitação e assistência técnica para que grupos indígenas ajudem na concepção de projetos, planos de negócios e medição de emissões de carbono, bem como na capacitação e assistência técnica para que os governos estaduais sirvam como coordenador e parceiro efetivo.

⁵ “Relatório da Reunião | O Caminho para a COP-26: Sessão 1 do Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas”, Brazil Institute, agosto de 2021, <https://www.wilsoncenter.org/publication/meeting-report-road-cop-26-session-1-brazil-us-dialogue-sustainability-and-climate>

Uma estratégia comum para a entrega de financiamento às organizações indígenas é trabalhar com entidades terceiras—seja no setor público ou privado—para fornecer acesso a diferentes tipos de financiamento que normalmente são difíceis para os grupos indígenas e suas organizações se candidatarem diretamente. Participantes do encontro observaram, por exemplo, que o Fundo Climático tem se mostrado inacessível às organizações indígenas no Brasil porque a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e outras organizações devem se associar a entidades terceiras para receber seu financiamento. Enquanto tais entidades estiverem trabalhando em parceria com organizações indígenas e respeitando seu direito à autodeterminação, essas relações podem servir como uma ponte de financiamento. No entanto, os povos indígenas também devem ter propriedade sobre seus próprios mecanismos de investimento e recursos como parte do cenário de financiamento internacional mais amplo. Fundos criados e controlados por indígenas, como o Fundo Podáali,⁶ podem apoiar metas mais amplas de autodeterminação e bem-estar socioeconômico e fornecer às comunidades locais recursos para trazer tecnologias locais para suportar os desafios que tanto conhecem. Esforços como o Fundo Podáali devem ser incentivados e apoiados.

O Fundo Podáali

Podáali significa “doar sem querer nada em troca” na língua arawak do povo Baniwa do Norte do Brasil. O Fundo Podáali apóia a autodeterminação indígena e busca capacitar as comunidades locais que têm administrado as terras brasileiras de maneira sustentável por milhares de anos para continuar a fazê-lo. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) teve a ideia inicial desse Fundo, que durou seis anos de planejamento e negociação até sua inauguração oficial em 2017. O Podáali foi estabelecido por meio de uma série de oficinas entre os povos indígenas da Amazônia e instituições governamentais e não governamentais parceiras e doadores. Essas consultas levaram à criação de uma estrutura de governança que refletiu as formas indígenas de organização e tomada de decisão, ao mesmo tempo que facilitou o financiamento de muitos projetos indígenas rurais menores, que não teriam sido alcançados por fundos internacionais maiores. Os doadores atuais incluem o governo da Noruega, a Fundação Ford, a Conservação Internacional e o Fundo Pawanka, entre outros. Uma lista maior de fundos liderados por indígenas pode ser encontrada no site da International Funders for Indigenous Peoples (IFIP). O IFIP é o único grupo de afinidade de doador global dedicado exclusivamente aos povos indígenas em todo o mundo.

3. Os financiadores internacionais podem e devem ajudar a enfrentar as barreiras não financeiras para maior participação indígena—inclusive defendendo sua inclusão em espaços de poder.

⁶ Para mais informações, visite: <https://www.fundopodaali.org.br/>

A inovadora Cúpula da Terra de 1992 no Rio de Janeiro não tinha mecanismo formal de participação indígena—as comunidades simplesmente não foram convidadas. Mesmo assim, grupos indígenas organizaram-se em paralelo e conseguiram captar atenção suficiente para que um de seus representantes fosse finalmente convidado a fazer um discurso de 10 minutos aos delegados reunidos. Embora tenha havido avanços desde 1992 e haja amplo reconhecimento da necessidade de inclusão indígena, os povos indígenas ainda, infelizmente, participam à margem dos debates internacionais sobre as mudanças climáticas. Na COP-26, em Glasgow, os grupos indígenas enfrentaram barreiras significativas ao atendimento desde o acesso limitado a uma vacina COVID-19 em seus territórios de origem até o cumprimento dos desafios de credenciamento para os representantes indígenas. Essas questões de "última milha" envolvendo iniquidades históricas sobre quem tem acesso a espaços de poder devem ser abordadas para garantir que a inclusão indígena seja significativa e impactante.

Esta é uma área onde governos como o dos Estados Unidos e organizações de financiamento podem desempenhar um papel substancial na defesa em nome da inclusão dos povos indígenas. Isso pode significar considerar as necessidades práticas e barreiras à participação, como linhas de financiamento flexíveis para viagens a conferências internacionais e/ou apoio a convocações locais. Outras vezes, isso significa aproveitar as conexões em nome das organizações indígenas para que elas possam construir suas próprias relações com os principais financiadores e as partes interessadas em advocacia, como o Fundo Christensen se comprometeu a fazer. De forma mais ampla, também significa reconhecer que os povos indígenas têm direito a um assento influente à mesa e devem ser orientados não apenas sobre questões de direitos humanos ou conservação, mas também sobre estruturas de mercados de carbono e inovações tecnológicas baseadas na natureza. A participação plena e substantiva que não relega os representantes indígenas às zonas mais externas de uma sala de conferências da COP é um problema alcançável que os atores internacionais devem abordar urgentemente.

Sobre o Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Diálogo Brasil-EUA é uma iniciativa para promover uma colaboração mais forte entre as sociedades brasileira e norte-americana no desmatamento na Amazônia e no desenvolvimento sustentável. Isso inclui a criação de um espaço neutro e seguro para o diálogo construtivo que reúna diversos setores da sociedade e a facilitação de uma discussão focada no que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento e conservação de baixo carbono no Brasil.



One Woodrow Wilson Plaza
1300 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, DC 20004-3027

 www.wilsoncenter.org/program/brazil-institute

 brazil@wilsoncenter.org

 facebook.com/brazilinstitute

 [@brazilinst](https://twitter.com/brazilinst)

 202.691.4147

